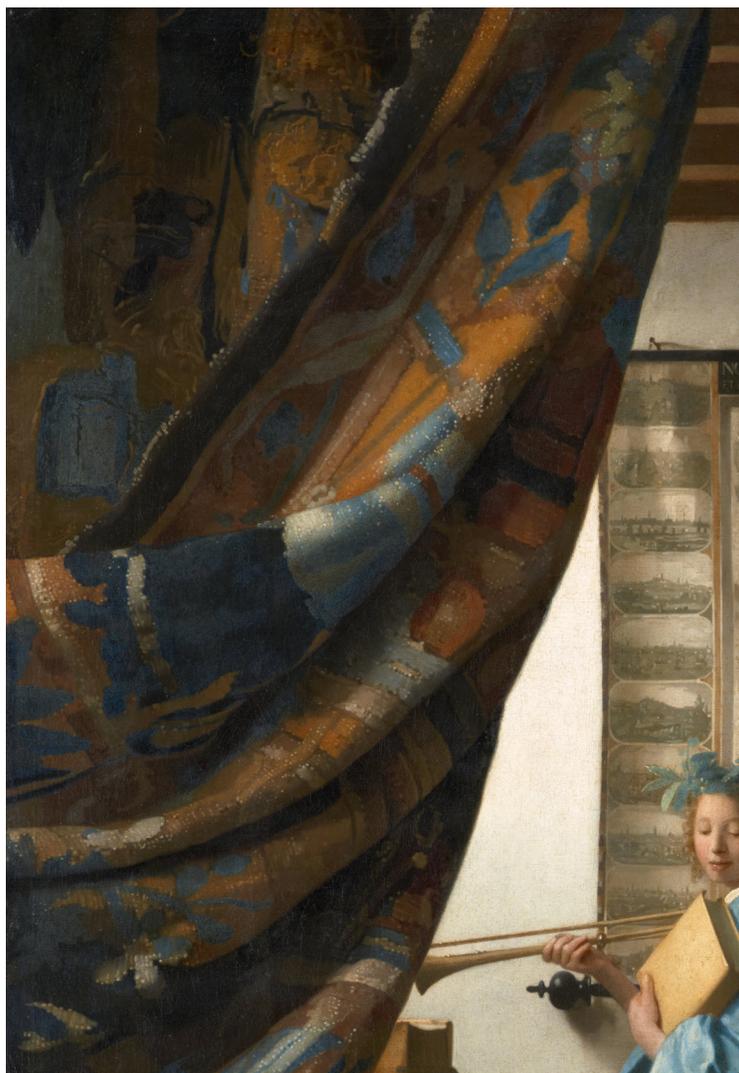


Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 42 jan-jun 2020 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Arte da pintura*, 1666, óleo sobre tela de Johannes Vermeer.

A REVALORIZAÇÃO DA FACULDADE IMAGINATIVA NA *CIÊNCIA NOVA* DE GIAMBATTISTA VICO

Priscila Aragão Zaninetti¹

Doutoranda, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
pri_zaninetti@hotmail.com

RESUMO: Criado por homens de natureza poética e, portanto, obra por excelência da imaginação, o mundo civil dos primeiros tempos poderia ser conhecido, segundo Giambattista Vico, mediante a elaboração e a adoção de um aparato metodológico-científico que estabelece os princípios dos desenvolvimentos humanos. Tal aparato consistiria na própria *Ciência Nova*, obra viquiana que pretende conferir legitimidade ao conhecimento histórico, tão desprestigiado pela tradição cartesiana, mesmo de tempos remotos nos quais a faculdade imaginativa excedera a razão. Trata-se, então, neste artigo, de compreender o conceito de *imaginação* na teoria do conhecimento de Vico e as rupturas e continuidades que o filósofo estabelece com o legado cartesiano proveniente do século anterior.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes, Fábula, História, Filosofia da História, Imaginação, Vico.

1 Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo nº 2019/07998-3.

Apesar de nascido no século XVII, mais especificamente no ano de 1668, Giambattista Vico elabora a primeira versão da *Ciência Nova*, obra sobre a qual tratará o presente artigo, no começo do século XVIII, tendo publicado a última versão dessa obra no ano de 1744, mesmo ano do seu falecimento. Ou seja, para sermos rigorosos, é preciso reconhecer que o objeto principal desse artigo extrapola, em relação ao período de tempo, o tema sugerido pelo evento²: *A imaginação no século XVII*. Extrapola o período de tempo, mas parece cumprir, ao menos parcialmente, o campo conceitual sugerido, na medida em que propor o debate acerca da imaginação na concepção viquiana do termo pressupõe a abordagem de um conjunto de temas caros à filosofia setecentista e, sobretudo, a abordagem da crítica elaborada por Vico à filosofia cartesiana. Serão abordadas, portanto, desse conjunto de temas, 1) a relação entre a filosofia renascentista ligada ao ideal humanista e a filosofia moderna de matriz cartesiana; 2) o conceito de *imaginação* na filosofia de Descartes e de Vico; 3) a questão do caráter produtivo ou meramente reprodutivo da *faculdade imaginativa* e, finalmente; 3) o papel atribuído a essa faculdade no sistema do conhecimento cartesiano e viquiano.

Inseridos no contexto histórico-cultural de Nápoles, na segunda metade do século XVII, os temas acima elencados se relacionam, ainda, à mudança de paradigma científico para a qual contribuíram as pesquisas de Galileu, Copérnico e Bruno, e, portanto, ao surgimento de uma pretensa “nova filosofia” (NICOLINI, 1932, p. 78) crítica do pensamento aristotélico e escolástico. Elaborada e difundida, sobretudo, nas academias da época, essa *nova filosofia* consistiria na combinação e na reelabo-

2 Trabalho apresentado na jornada *A imaginação no século XVII*, ocorrido na Universidade de São Paulo, entre os dias 8, 9 e 10 de maio de 2019.

ração de uma ampla diversidade de orientações científicas e filosóficas, tais como o racionalismo clássico, o experimentalismo e o ceticismo. Sendo assim, a alcunha de *nova* atribuída a tal filosofia estaria relacionada menos à elaboração de um pensamento propriamente original, do que à tentativa de contrapor o conhecimento legado por um passado com o qual se pretendia romper. A versão italiana da querela entre antigos e modernos que, a bem dizer, teria origens que remontam desde o *Quattrocento* (PEREIRA FILHO, 2004, p. 40), estaria assinalada, por exemplo, na passagem em que Leonardo di Capua afirma: “Assim nós que nascemos no velho mundo é que devemos realmente ser chamados de velhos e antigos, e não aqueles que nasceram no mundo infante e jovem e que, por experiência, conheceram menos do que nós” (CAPUA, 1681, p. 67)³.

A disputa entre antigos e modernos que, em Capua, propõe a inversão do que deveria ser, a partir de então, considerado *velho*, em Vico, estaria anunciada, por exemplo, no capítulo da sua *Autobiografia* que narra o retorno à Nápoles. O período de tempo em que vivera em Vatolla – cerca de dez anos – fora suficiente para que ocorresse, em sua cidade natal, um deslocamento de interesse do humanismo renascentista de Marsílio Ficino, Pico della Mirandola e Francesco Patrizi para a lógica de Euclides e o racionalismo de Descartes. Estudioso dos saberes relacionados ao ideal humanista e, portanto, da literatura, da poesia, da história e da eloquência, Vico declara, naquele capítulo, ter sido “recebido em Nápoles como um forasteiro na sua pátria” (VICO, 1953, p. 26). Apesar do tom pessoal, próprio de uma obra autobiográfica, a declaração do filósofo explicitaria não somente a incompatibilidade entre os

3 Tradução de Paolo Rossi. In: ROSSI, P. *Naufrações sem espectador: a idéia de progresso*, p.72.

seus estudos particulares e aqueles, agora, vigentes; mas também, uma “viragem filosófica, cultural e epistemológica” (LIMA, 2012, p. 21) com significativas implicações.

Dito de uma só vez: isso que José Expedito Passos Lima denomina, em *Estética entre saberes antigos e modernos na Nuova Scienza de Giambattista Vico*, de “viragem filosófica, cultural e epistemológica” consistiria no primado de um pensamento racional-dedutivo estabelecido, sobretudo, pela filosofia cartesiana, em relação ao pensamento oriundo da tradição clássica humanista, desenvolvido pelos eruditos renascentistas. Tal viragem abrangeria os âmbitos filosófico, cultural e epistemológico na medida em que a progressiva consolidação do método analítico em detrimento do antigo método da filosofia tópica parece pressupor a possibilidade de uma *mathesis universalis* que submeteria aos critérios da certeza matemática os domínios abarcados pelas *humanae literae*. Mais ainda, parece pressupor, portanto, em âmbito epistemológico, a valorização das faculdades intelectuais vinculadas ao pensamento científico, ao invés das faculdades sensíveis e perceptivas vinculadas ao domínio da estética.

Basta lembrarmos que logo nas primeiras páginas do *Discurso do Método*, Descartes apresenta aquilo que chamara de “história do meu espírito” e, como parte dela, o relato acerca do estudo das letras, do qual, afirma o filósofo, “alimentei-me (...) desde a minha infância, e porque me tinham persuadido de que, por meio delas, se pode adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo quanto é útil à vida, tinha um enorme desejo de aprender”. A decepção em relação a tais estudos, porém, está relatada na sequência do parágrafo:

Mas, logo que terminei este ciclo de estudos, no termo do qual é costume ser-se acolhido na categoria dos doutos, mudei completamente de opinião. Pois encontrava-me embaraçado com tantas dúvidas e erros que me parecia não ter tirado outro proveito, ao procurar instruir-me senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância. (DESCARTES, 1986, p. 42).

Gramática, História, Poesia e Retórica constituiriam, portanto, disciplinas das quais não seria possível obter conhecimentos claros e seguros. Ainda assim, permanece um proveito em estudá-las: o conhecimento da própria ignorância que, a partir de então, instaurara a *dúvida* como princípio do método analítico. Mas a crítica cartesiana abrangeria, também, a teologia, a filosofia, a jurisprudência e a medicina, disciplinas essas que, apesar de seu “justo valor”⁴, deveriam ser examinadas, afirma Descartes, para “evitar ser-se por elas enganado”. Na comparação estabelecida, na continuação do parágrafo citado, entre o programa pedagógico adotado nas escolas e o ato de viajar, o filósofo afirma que “é bom saber alguma coisa dos costumes dos diversos povos”, no entanto, “quando se gasta demasiado tempo a viajar, acaba-se por ser estrangeiro no próprio país”. Não terá sido exatamente isso que ocorreu a Vico, no seu retorno a Nápoles? Não terá Vico se tornado duplamente estrangeiro no próprio país, como alertara Descartes, já que o tempo que passara longe de sua cidade natal fora ocupado em grande parte na biblioteca da região de Vatolla, na companhia de “pessoas de outros séculos” (DESCARTES, 1986, p. 44)? Suspendamos, por ora, tais questões e voltemos propriamente a Descartes.

4 As citações ao texto do autor que, na edição indicada na bibliografia, estão localizadas em uma mesma página, serão mencionadas entre aspas e localizadas, ao final do período, por uma única referência entre parênteses.

Ainda naquele relato do *Discurso do Método*, o filósofo declara que a duração do estudo das letras estaria vinculada ao período de sujeição aos seus preceptores e que, atingida a idade suficiente para livrar-se de tal sujeição, resolvera “não procurar mais outra ciência senão a que pudesse descobrir em mim próprio, ou então no grande livro do mundo” (DESCARTES, 1986, p. 47). Contraposta à “leitura dos livros antigos” (DESCARTES, 1986, p. 44), tampouco a ciência descoberta no grande livro do mundo, fundada no conhecimento empírico, parece suficiente a Descartes para torná-lo capaz de voltar-se à luz natural e, portanto, “ouvir a razão”. Para tanto, fora preciso, segundo o filósofo, tomar “a resolução de estudar também em mim próprio e de empregar todas as forças do meu espírito a escolher os caminhos que devia seguir” (DESCARTES, 1986, p. 48). Sendo assim, em ambos os casos, nos estudos dedicados tanto à erudição quanto à investigação científico-experimental, seria possível constatar um *limite epistemológico* decorrente da exterioridade dos dados por eles fornecidos, ou melhor, das faculdades empregadas em processos do conhecimento de tal espécie. Isso porque, externas do ponto de vista do sujeito cognoscente, as opiniões transmitidas pela tradição e os dados obtidos através da experiência envolveriam faculdades como a *memória*, a *imaginação* e a *sensação* que, atreladas a operações corpóreas, deveriam ser submetidas ao crivo da dúvida.

Estamos diante, nesse ponto, de uma questão bastante controversa da filosofia cartesiana, a saber, a questão acerca da possível relação entre a alma e o corpo, entre as substâncias pensante e extensa, para a qual o filósofo formulara, em obras posteriores⁵ ao *Discurso*, a

5 Sobre o tema da glândula pineal, cf. a carta enviada por Descartes a Meyssonier de 29 de janeiro de 1640, a carta enviada a Mersenne de 1 de abril do mesmo ano e, também, os artigos 31-35 da obra cartesiana *As Paixões da Alma* (1649). Respectivamente:

hipótese da glândula pineal⁶. Sede da união entre essas duas substâncias essencialmente distintas, tal glândula consistiria na parte autenticamente orgânica de um processo do conhecimento atribuído, sobretudo, à alma e, portanto, enredado a concepções metafísicas. No entanto, tendo em vista a proposta inicial do artigo e dada a complexidade e dimensão do tema, devemos circunscrever esse último àquilo que concerne especificamente ao papel da *imaginação* no sistema epistemológico elaborado por Descartes. Para tanto, voltemos uma última vez ao filósofo: ainda no *Discurso do Método* e, mais precisamente, na passagem da “Quarta Parte” em que trata da dificuldade alegada por muitos de conceber a ideia de Deus e de alma. Essa dificuldade, afirma Descartes, “provém de nunca elevarem o espírito além das coisas sensíveis e de estarem de tal modo habituados a nada considerar senão com a *imaginação*, a qual é uma maneira de pensar própria das coisas materiais, que tudo o que não é imaginável lhes parece não ser inteligível” (DESCARTES, 1986, p. 79)⁷. Do exposto poderíamos considerar, portanto, que a imaginação consiste em 1) uma atividade, um modo do pensamento; 2) própria da dimensão corpórea dos seres e, assim, 3) de alguma maneira, distinta do intelecto. Mais ainda, não somente distinta dessa faculdade puramente cognitiva, a atividade da imaginação parece, sobretudo, ofuscar-lhe a possibilidade de alcançar verdades claras e distintas. Nesse sentido, tomada a resolução – tal como a relatada pelo filósofo – de buscar a verdade unicamente

(DESCARTES, 1996, p. 19 e pp. 47-48) e (DESCARTES, 1998, pp. 49-53).

6 “Portanto compreendamos aqui que a alma tem sua sede principal na pequena glândula que existe no meio do cérebro, de onde ela se irradia para todo o restante do corpo por intermédio dos espíritos, dos nervos e mesmo do sangue, que, participando das impressões dos espíritos, pode transportá-los pelas artérias para todos os membros (...)”. (DESCARTES, 1998, pp. 51 e 52).

7 Grifos de nossa autoria.

em si mesmo e no próprio pensamento, não parece restar à imaginação mais do que o estatuto de uma atividade meramente *auxiliar* no processo do conhecimento ainda vinculado à corporeidade, mas completamente dispensável na tentativa de estabelecer o *cogito*.

Vejamos como o tema poderia ser compreendido em Vico. Explícitamos, antes, algo sobre o deslocamento de interesse do conjunto de saberes relacionados ao ideal humanista para o pensamento racionalista de matriz cartesiana, deslocamento esse que estaria expresso naquela declaração de Vico sobre o seu retorno a Nápoles, em fins do século XVII. Explícitamos, também, que tal declaração expõe a incompatibilidade entre os estudos particulares de Vico em relação ao pensamento agora vigente; mas expõe, sobretudo, o amplo processo de mudanças ocorrido na época. Tratemos, então, mais minuciosamente desse ponto. De longo alcance, o processo de mudanças que, como dissemos, abarcara os domínios da filosofia, da cultura e da epistemologia, teria implicado na adoção de um outro programa pedagógico voltado, agora, principalmente para a orientação crítico-analítica. Sendo assim, tal processo abarcaria, ainda, mudanças concernentes ao domínio da política, na medida em que a formação dos jovens seria pautada não mais pelas exigências da vida civil, e sim pelo desenvolvimento da própria subjetividade. É nesse contexto que podemos situar o nível sociopolítico da crítica viquiana ao método analítico dos modernos. Expressão mobilizada por Pierre Girard ao tratar justamente da recepção viquiana do cartesianismo, *nível sociopolítico* explicitaria a distinção entre dois “diferentes níveis de crítica entrelaçados em Vico”. Esses níveis seriam identificáveis tendo em vista o caso das matemáticas, na medida em que, afirma Girard, no nível epistemológico, “o criticável nas matemáticas é que, longe de nos permitir aceder à realidade, elas nos fazem adentrar em um mundo puramente

fictício” e, no nível sociopolítico, imediatamente atrelado ao anterior, o criticável nas matemáticas é que elas, ao propor este mundo fictício, “nos impedem de desenvolver uma prática eficaz entre os homens” (GIRARD, 2018, p. 278). Tal distinção, estabelecida por Girard sobretudo na obra viquiana *De nostri temporis studiorum ratione*, parece identificável também na obra mobilizada inicialmente por este artigo, a *Autobiografia*, o que possibilitaria a transposição das expressões formuladas pelo autor para a presente exposição.

Isto posto, tratemos primeiramente, de maneira mais detida, do nível sociopolítico daquela crítica, mas, tendo em conta a perspectiva apresentada por Girard, que ressaltara o entrelaçamento entre os dois níveis discernidos. Em uma argumentação que pretende apresentar as deficiências do método analítico, atribuído por Vico a Descartes, o filósofo enumera, ainda na sua *Autobiografia*, “as quatro coisas muito necessárias ao cultivo da melhor humanidade” (VICO, 1953, p. 18) – memória, fantasia, engenho e entendimento – e a arte correspondente para o desenvolvimento de cada uma delas entre os jovens:

(...) aqueles dons da mente juvenil, os quais deveriam ser regulados e promovidos cada um por uma arte própria, como a *memória* com o estudo das línguas, a *fantasia* com a lição dos poetas, historiadores e oradores, o *engenho* com a geometria linear que é, de certo modo, uma pintura a qual revigora a memória com o grande número de elementos, enobrece a fantasia com o grande número de elementos, enobrece a fantasia com as suas delicadas figuras como tantos desenhos com sutilíssimas linhas, e torna rápido o engenho em ter de percorrê-las todas, e entre todas recolher aquelas que necessitam para demonstrar a grandeza que se procura; e tudo isso para produzir, nos tempos de juízo amadurecido, uma sabedoria bem falante, viva e perspicaz (VICO, 1953, p. 17)⁸.

8 Grifos de nossa autoria.

Depreciadas pela gradativa sobreposição do método analítico, essas artes que contribuiriam para a formação do homem durante a idade da juventude teriam sido preteridas em relação à “lógica que se diz ‘de Arnaldo’”⁹ e o método algébrico que “entorpece tudo o mais exuberante nas índoles juvenis” (VICO, 1953, p. 18). Assim, ao invés daquela sabedoria “bem-falante, viva e perspicaz”, tais práticas formariam uma “juventude árida e seca”, ocupada apenas com o desenvolvimento de faculdades e saberes considerados estritamente racionais. Importante ressaltar, porém, que a crítica viquiana ao método analítico e, por conseguinte, ao primado da filosofia cartesiana consistiria menos em um elogio irrestrito à irracionalidade do que na exigência de uma adequação entre a ordem dos estudos e, portanto, o programa pedagógico adotado com os estágios de desenvolvimento da mente humana. Isso porque, correspondentes às três idades estabelecidas para a vida do homem – infância, juventude e maturidade – os estágios que, segundo Vico, compõem o desenvolvimento da mente humana poderiam ser devidamente percorridos, somente na medida em que as faculdades condizentes a cada um deles fossem cultivadas. Nesse sentido, *fantasia*, *memória* e *engenho* seriam as faculdades cujo cultivo adequado transcorreria durante a juventude, já que nessa idade, afirma o filósofo, “prevalecem os sentidos e se arrasta a mente pura”. O *entendimento*, em contrapartida, seria a faculdade concernente às idades posteriores à juventude, devido ao desenvolvimento da mente humana que, em tais idades, alcançara o “juízo maduro” (VICO, 1953, p. 17).

9 Referência a Antoine ARNAULD (1612-92) e à obra *L'art de penser*, que, publicada em 1662 e escrita com a contribuição de Pierre NICOLE (1625-95) e Blaise PASCAL (1623-62), teria sido amplamente adotada nas escolas e, portanto, difundido os preceitos da filosofia cartesiana.

Dito de uma só vez, a ordem dos estudos deve obedecer, ao longo das idades da vida do homem, a ordem do desenvolvimento da sua mente. Sendo assim, o equívoco da filosofia cartesiana teria sido não considerar, na aplicação do seu método, a relação entre essas duas ordens e, ao ensinar a crítica prematuramente aos jovens, contrariar “o curso natural das ideias, em que [eles] primeiro aprendem, depois julgam e, finalmente, refletem” (VICO, 1953, p. 17). Seriam anteriores à crítica, portanto, no programa educativo dos jovens, as disciplinas que proporcionam o sentimento de fazer, afirma Vico, “todas as coisas que têm dependência do corpo” e, assim, fazer “as imagens com a fantasia; as reminiscências com a memória; as paixões com o instinto”. No entanto, essa precedência estabelecida por Vico das disciplinas que possibilitariam o desenvolvimento das faculdades sensíveis e perceptíveis, a bem dizer, precisamente o desenvolvimento daquelas disciplinas tão desprestigiadas pelo método analítico cartesiano, parece concernente aos âmbitos tanto sociopolítico quanto epistemológico e, aqui, a perspectiva apresentada por Girard parece ganhar contornos mais amplos. Isso porque, ao ressaltar, primeiramente, o entrelaçamento entre os dois níveis da crítica viquiana ao método cartesiano, aquela perspectiva possibilitaria identificar um tal entrelaçamento, ainda, na própria estrutura argumentativa apresentada pelo filósofo em sua *Autobiografia*, ou seja, nessa estrutura considerada de maneira geral. Em outras palavras, identificados por Girard no tratamento da questão acerca da recepção viquiana do cartesianismo, os níveis sociopolítico e epistemológico – discerníveis, porém, “imediatamente atrelados” – da crítica elaborada por Vico a Descartes não estariam circunscritos a esse estrato da argumentação do filósofo napolitano, ao contrário, poderiam ser identificados também no conjunto das formulações viquianas apresentado naquela obra. Afinal, tanto na *recusa* do programa educativo de matriz cartesiana quanto na

proposição de um outro programa cuja adoção consistiria na retomada das lições dos poetas, dos historiadores e dos oradores; isto é, em ambos os movimentos argumentativos explicitados por Vico operariam não apenas aqueles dois níveis, mas também o entrelaçamento entre eles e, sobretudo, a sustentação do nível sociopolítico pelo nível epistemológico.

Assim, para Vico, o programa educativo adotado em sua época e, a bem dizer, em todas as demais, deveria estar em conformidade com a ordem epistemológica de desenvolvimento das faculdades do homem. Essa conformidade estabelecida, como procuramos mostrar, entre as disciplinas constitutivas de tal programa educativo e os estágios de desenvolvimento da mente humana parece consistir, ainda, em um pressuposto para o devido andamento daquele desenvolvimento: seria o cultivo das faculdades sensíveis e perceptivas – mediante o ensino da poesia, da história e da retórica – durante a juventude que possibilitaria o desenvolvimento de uma sabedoria bem falante, viva e perspicaz na maturidade. Nesse contexto, procuramos mostrar também que a crítica de Vico à filosofia de Descartes e à tradição que dela decorre na *Autobiografia* não estaria circunscrita às implicações no âmbito pedagógico daquele deslocamento de interesse do humanismo renascentista para o racionalismo cartesiano. Ao invés disso, tal crítica explicitaria, ainda, o equívoco concernente ao âmbito epistemológico da filosofia cartesiana que desconsiderara os estágios de desenvolvimento da mente humana na aplicação do método que propõe. Tal crítica, porém, parece tomar dimensões ainda mais amplas na obra viquiana *Ciência Nova*.

Enunciada como a “nova arte crítica”, através da qual seria possível conhecer a “história ideal das leis eternas, sobre as quais transcorrem os fatos de todas as nações, nos seus surgimentos, progressos, estados,

decadências e fins” (VICO, 2005, p. 830), a *Ciência Nova* pretende estabelecer o seu próprio aparato metodológico-científico de investigação histórica. Nesses termos, a despeito da tradição cartesiana, a obra reconduziria o pensamento filosófico para o domínio da história, afirmaria a possibilidade de conhecê-la sob princípios científicos e, ainda, explicitaria que tais princípios demonstram “a natureza poética dos primeiros homens” (VICO, 2005, p. 38). Insistamos nesse ponto. A argumentação viquiana que, na *Autobiografia*, criticara a tradição cartesiana pela inadequação entre o método analítico e os estágios de desenvolvimento da mente humana, na *Ciência Nova* parece assumir um caráter notadamente propositivo:

Mas nessa densa noite de trevas de que está coberta para nós a primeira antiguidade, aparece esta luz eterna, que não declina, esta verdade, que de modo nenhum se pode pôr em dúvida: que este mundo civil foi certamente feito pelos homens, pelo que se podem, porque se devem descobrir (*ritruovare*) os princípios dentro das modificações da nossa própria mente humana. O que, a quem quer que nisso reflita, deve causar admiração, como todos os filósofos se esforçaram seriamente por conseguir a ciência deste mundo natural, do qual, porquanto Deus o fez, só ele possui desse a ciência; e negligenciaram o meditar sobre este mundo das nações, ou seja, mundo civil, do qual, porque o haviam feito os homens, dele podiam os homens conseguir a ciência (VICO, 2005, p. 171 e 172).

O prestígio do estudo histórico, tão mitigado por aquele já citado deslocamento de interesse, seria restabelecido, portanto, pela cientificidade obtida mediante a aplicação do aparato metodológico explicitado na *Ciência Nova*. No entanto, ao invés de corroborar o primado racionalista então vigente, o valor científico atribuído ao conhecimento histórico comprovaria a irracionalidade da mente humana na origem do mundo civil e, paralelamente, na primeira idade do homem singular. Talvez

possamos arriscar que Vico recorrera ao próprio arsenal cartesiano para tecer a sua crítica, já que alçaria o estatuto de *verdade científica* à afirmação acerca dos princípios irracionais tanto das diversas nações no decorrer do tempo quanto da mente humana de cada um dos indivíduos que as compõem. Mais um passo: a cientificidade da história estaria fundamentada, na *Ciência Nova*, no princípio *verum factum* que, na formulação do filósofo, além de estabelecer a convergência entre o *conhecer* e o *fazer*, sustentaria a *oposição* entre a história e a física, entre o mundo civil e o mundo da natureza. Portanto, segundo tal princípio, somente a história seria o domínio epistemológico propriamente humano, uma vez que as experiências coletivas que a constituem – os costumes, as línguas, as instituições religiosas e políticas – seriam criações especificamente humanas desenvolvidas no transcurso temporal.

Desse modo, o mesmo princípio que afirmara não apenas a possibilidade do conhecimento histórico, mas, sobretudo, tal possibilidade vinculada a uma concepção de história engendrada como a esfera da criação humana por excelência, agora, aplicado ao mundo natural, reserva ao seu único criador – Deus – a possibilidade de alcançar o *verum* em relação aos objetos físicos. Em outros termos: independentes da ação produtora do homem e, portanto, *externos* ao seu domínio epistemológico, os fenômenos da natureza admitiriam, apenas, a “consciência do certo”, mas não a “ciência do verdadeiro”. Nesse contexto, estaria esboçado outro aspecto da crítica viquiana à filosofia cartesiana e, para elucidá-lo, retomemos, o caminho até agora percorrido. Vimos que, segundo Vico, a adoção do método analítico elaborado por Descartes 1) prejudicaria a formação do homem; 2) por desconsiderar as modificações da mente humana ao longo do tempo e, agora, 3) por equivocarse, também, em relação ao objeto que pode dar a conhecer. Ou seja,

ao homem seria possível conhecer de maneira científica e, portanto, verdadeiramente, somente aquilo que é sua obra, decorrência das transformações pelas quais passariam a sua mente, ou seja, em decorrência da história.

Gramática, História, Poesia, Retórica e, de maneira geral, as disciplinas vinculadas ao ideal humanista teriam sido relegadas, pelo racionalismo cartesiano, ao âmbito daquilo que alcança somente a verossimilhança. Afinal, os critérios de clareza e distinção não poderiam ser cumpridos em estudos cujas faculdades envolvidas recorrem ao corpóreo. No entanto, segundo Vico, ao submeter a atividade dessas faculdades sensíveis à dúvida e, ao menos metodologicamente, à suspensão, a filosofia cartesiana negaria ao homem a possibilidade de conhecer o objeto devidamente pertencente ao seu domínio epistemológico – a história – em, pelo menos, duas vias: pelo estabelecimento de uma hierarquia entre as disciplinas que rejeita cientificidade ao estudo histórico, mas também, por incluir naquela suspensão, a *imaginação* e, portanto, a faculdade que constituía o mundo civil dos primeiros tempos. Em outras palavras, à restrição do papel da imaginação no processo do conhecimento decorreria a rejeição de parte considerável do processo de desenvolvimentos humanos, já que inicialmente tal processo fora empreendido por mentes irracionais, nas quais imperara a atividade da faculdade imaginativa. Sendo assim, ao contrário da função meramente *reprodutora* da imaginação no sistema cartesiano de conhecimento, em Vico, tal faculdade apresenta uma função notadamente *criadora*, responsável sobretudo pela instituição da humanidade. E, aqui, tais afirmações devem ser compreendidas em um sentido bastante preciso: a imaginação, na concepção viquiana do termo, *cria* o mundo civil, na medida em que desperta nas bestas – essas criaturas que, todavia, não poderiam ser

propriamente denominadas *homens* - o medo em relação ao extraordinário e, conseqüentemente, desperta uma primeira religião, como a dos antigos gregos e latinos, repleta de deuses que “conviviam na terra com os homens” (VICO, 2005, p. 233).

Panteísta e antropomórfica, tal religião promove a passagem do estado das bestas (*stato di bestie*) para o estado das coisas humanas (*stato di cose umane*) (VICO, 2005, pp. 14 e 15) e estabelece, portanto, a criação do mundo civil, pois submete essas criaturas de “debilíssimo raciocínio” (VICO, 2005, p. 38) a uma certa ordem, ou seja, aquela estruturada pelas leis humanas. Explico-me: “as Driades, as Amadriades, as Oréades, as Napeias” eram deusas imaginadas por uma mente humana que, ainda ignorante das verdadeiras causas, toma por seres fantásticos “cada pedra, cada fonte ou regato, cada planta e cada escolho” (VICO, 2005, p. 273). Assim, o caráter múltiplo das divindades que constitui as primeiras religiões seria, portanto, decorrente da racionalidade ainda nascente da mente humana, mais propensa às particularizações do que às abstrações. No entanto, não somente múltiplas, tais divindades seriam, ainda, consideradas ferozes e violentas, caráter esse que, somado ao anterior, atemorizara aquelas criaturas, antes dispersas em uma “divagação ferina”, a ponto de levá-las à instituição das “sociedades de famílias” (VICO, 2005, p. 14). Dito de outro modo: obra especificamente humana, o mundo civil teria sido estabelecido, ao menos inicialmente, mediante a atividade da faculdade que transpõe os traços constitutivos da própria natureza bestial - ferocidade e violência - para uma ideia de divindade que, igualmente corpórea e violenta, inspiraria sobretudo o medo e a associação. Tal faculdade consistiria na *imaginação*, e o seu amplo exercício durante os tempos originários explicitaria a natureza poética dos primeiros homens.

Dissemos, portanto, que a revalorização da faculdade imaginativa apresentada por Vico, em sua *Autobiografia*, ganhara contornos propositivos na *Ciência Nova* que, ao estabelecer um aparato metodológico-científico para a pesquisa histórica, atribuíra veracidade às descobertas acerca dos desenvolvimentos humanos, mesmo em tempos remotos. Tais descobertas, portanto, comprovariam a “robusta ignorância” e, portanto, a “corpulenta fantasia” constitutivas das criaturas cujas elaborações mentais estabeleceram o mundo civil, mediante a criação de uma religião repleta de divindades que lhes seriam semelhantes. Assim, o mundo civil teria sido obra de uma humanidade ainda nascente que, para tanto, se submetera ao medo incutido pela manifestação de sua própria imaginação. Em outras palavras, os autores das nações foram poetas e o mundo por eles criado correspondera ao estágio de desenvolvimento de sua mentalidade: o mundo dos primeiros tempos foi obra, portanto, da imaginação.

Sendo assim, talvez possamos afirmar que, diante de um processo de mudanças tal como ocorrera entre os séculos XVII e XVIII, o qual abarcara os domínios da filosofia, da cultura, da epistemologia, mas também, da política, o papel atribuído à *imaginação* fora decisivo tanto para ambos os métodos: ao método cartesiano, em via negativa, seria necessário rejeitar as operações ligadas aos sentidos, entre elas, a imaginação. Ao método viquiano, o qual procurou reabilitar a história no conjunto dos saberes humanos, a imaginação integra o processo do conhecimento, mas não somente isso; justamente por integrá-lo, a imaginação seria, no limite, parte fundamental da criação do mundo humano.

THE REVALUATION OF THE IMAGINATIVE FACULTY IN GIAMBATTISTA VICO'S *NEW SCIENCE*

ABSTRACT: Created by men of a poetic nature and, therefore, a work *par excellence* of the imagination, the civil world of the early days could be known, according to Giambattista Vico, through the elaboration and adoption of a methodological-scientific apparatus that establishes the principles of the human developments. Such an apparatus would consist of the *New Science* itself, a Viquian work that seeks to assign legitimacy to historical knowledge, discredited by the Cartesian tradition, even the knowledge coming from remote times when the imaginative faculty had exceeded reason. Hence, the attempt is, in this article, to understand the concept of imagination in Vico's theory of knowledge and the ruptures and continuities that the philosopher establishes with the Cartesian legacy from the previous century.

KEYWORDS: Descartes, Fable, History, Philosophy of History, Imagination, Vico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPUA, Leonardo di (1681). *Parere sull'origine, progresso e incertezza della medicina*. Napoli,. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_XXLo5qae6cC/page/n4. Acesso em: 27 de agosto de 2019.
- DESCARTES, René (1996). *Œuvres complètes*. Paris: Vrin.
- _____. (1986). *Discurso do Método*. Trad. de João Gama. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1998). *As Paixões da Alma*. Trad. de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes.
- VICO, Giambattista (1953). *Opere*. A cura di Fausto Nicolini. Milano-

- Napoli: Ricardo Ricciardi, (La Letteratura italiana; Storia e testi, vol. 43).
_____. (2005). *Ciência Nova*. Trad. de Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIRARD, Pierre (2018). “Vico e a tradição cartesiana”. In: LOMONACO, F; GUIDO, H e AMORIM DE SILVA NETO, S. (orgs.). *Metafísica do gênero humano: natureza e história na obra de Giambattista Vico*. Uberlândia: EDUFU.
- LIMA, José Expedito Passos (2012). *A Estética entre saberes antigos e modernos na Nuova Scienza, de Giambattista Vico*. São Paulo: EDUC.
- NICOLINI, Fausto (1932). *La giovinezza di Giambattista Vico*. Bari: G. Laterza & Figli.
- PEREIRA FILHO, Antônio José (2004). *Vico e a fratura moderna: o princípio do verum-factum e a ideia de história na Ciência Nova*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP.
- ROSSI, Paolo (2000). *Naufraágios sem espectador: a ideia de progresso*. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP.